

**Câmara Técnica de Águas Subterrâneas
- CTAS -**

Ata da 98ª Reunião

Data: 30 e 31 de maio de 2017.

Hora: Dia 30: 14h00 às 18h00 (Reunião da CTAS);

Dia 31: 09h00 às 17h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR).

Local: SEPN505 (W2 Norte), Ed. Marie Prendi Cruz, na sala T-13, Brasília/DF.

PARTICIPANTES:

Ministério da Saúde: Jamyle Calencio Grigoletto (jamyle.grigoletto@saude.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/SRHQ: Claudia Ferreira Lima (claudia.lima@ibama.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente/ANA: Márcia Tereza Pantoja Gaspar (marcia.gaspar@ana.gov.br);

Ministério de Minas e Energia: Maria Antonieta Alcantara Mourão (maria.antonieta@cprm.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - MT/GO: Nédio Carlos Pinheiro

(nediopinho@sema.mt.gov.br);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - MG/ES: Maricene M. O. M. Paixão

(maricene.paixao@meioambiente.mg.gov.br); Anderson Gomes da Silva

(anderson.silva@agerh.es.gov.br)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - RJ/SP: Ausente;

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - AL/RN: Wilton José Silva da Rocha

(wjsrocha@hotmail.com);

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - SC/RS: Enaldo Ribeiro Santos (enaldo@sds.sc.gov.br);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Joaquim

Souza (contato@aesbe.org.br);

Indústrias: Zeila Piotto (zeila.piotto@fiesp.com);

Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos para o Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho

(azefilho@hotmail.com);

Irrigantes: Gustavo dos Santos Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Graziela Lopes

Bertolino (graziela.bertolino@daee.sp.gov.br);

Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Zoltan Romero Cavalcante Rodrigues

(zoltanr@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Gustavo Tostes Gazzinelli (gt.gazzinelli@gmail.com);

Organizações Não Governamentais: Cristiandrea Ciciliato (corremangue@yahoo.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

Adriana Lustosa da Costa (adriana.lustosa@mma.gov.br);

Anderson Gomes da Silva (anderson.silva@agerh.es.gov.br);

Roseli dos Santos Souza (roseli.souza@mma.gov.br);

Sebastião Vainer Bosquilia (sbosquilia@sp.gov.br).

DEMAIS PRESENTES NA REUNIÃO CONJUNTA:

Vide lista de presença anexa.

RELATORIA: Antônio C. R. Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS (Dia 30 de maio - Reunião da CTAS)

O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** deu início à reunião da CTAS, solicitando uma rodada de apresentação dos membros presentes. Após, passou-se para o [Item 01 - Abertura/Informes](#): a **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** informou sobre a 37ª Reunião do CNRH, marcada para o dia 29/06/2017, salientando que um dos itens da pauta da plenária será o relato das principais atividades e desafios das Câmaras Técnicas, sendo este breve relato feito pelos seus respectivos presidentes. Informou também sobre o Decreto Legislativo nº 52/2017, que aprovou o texto do Acordo sobre o Aquífero Guarani, firmado em San Juan, República Argentina, em 2 de agosto de 2010. Salientou, no entanto, que o acordo só entra em vigor depois que os quatro países signatários (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) o ratificarem, sendo que, até aquele momento, o Paraguai não o havia feito. [Item 02 - Aprovação da ATA da 97ª Reunião da CTAS](#): O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** sugeriu correção na linha 131 para “proposta de redação relativa à pertinência da contribuição da CTAS para a regulamentação pelo CNRH do § 4º do artigo 22 do Decreto nº 7.217, de 10 de junho de 2010, que regulamenta a Lei de Saneamento, a ser encaminhada pelo Sr. Gustavo (FONASC-CBH)”. Sugeriu também alteração no item referente à discussão sobre os aquíferos confinados (início na linha 196), sugerindo a inclusão de aquíferos confinados enquanto “águas subterrâneas”. Também afirmou que a ata foi tendenciosa ao incluir o trecho “Após as discussões com a contribuição técnica de todos”, afirmando que “as contribuições não foram só técnicas, foram várias contribuições e algumas sob o ponto de vista político dos recursos hídricos”. Assim, solicitou a exclusão da palavra “técnica”. Por fim, na linha 204, sugeriu também alterar para “a CTAS e CTPOAR decidiram conjuntamente em manter o conceito de águas subterrâneas na resolução direcionado apenas aos aquíferos livres e rios perenes”, salientando que, caso não concordassem com as sugestões, ele pediria a transcrição integral desta parte da discussão. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** esclareceu que pequenas correções de texto podem ser feitas durante a reunião, porém alterações de maior complexidade devem ser encaminhadas por escrito à Sec. Executiva antes da reunião (Art. 29, Parágrafo 7, do Regimento Interno do CNRH) para permitir a análise por todos os membros. Como encaminhamento, a Sec. Executiva ficou de encaminhar os áudios da reunião ao Sr. Gustavo Gazzinelli para que proceda às correções na minuta da ata e a retorne com antecedência para que possa ser reavaliada para a próxima reunião. [Item 03 - Atualização sobre as prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH \(avaliação da implementação no período 2006-2015 e indicadores para acompanhamento da implementação 2016-2020\)](#). Por representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA): a palavra foi passada para a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, que apresentou as atribuições da SRHQ no acompanhamento da implementação e apoio na elaboração e nas revisões do PNRH e demais ações de planejamento dos recursos hídricos, abordando o histórico da revisão do Plano Nacional e da última revisão que se deu ao longo de 2015 e 2016 no âmbito da CTPNRH, culminando nas 16 prioridades do PNRH para o período 2016-2020 que constam na Resolução nº 181/2016, aprovada pelo CNRH. Salientou que as metas estabelecidas (17 para a SRHQ, 22 para a ANA, 18 para o CNRH e 14 para o CT-Hidro) já foram pactuadas com os respectivos atores responsáveis e interlocutores/intervenientes envolvidos na sua consecução. Informou que não existem metas sob responsabilidade direta da CTAS, porém muitas metas para as quais a CTAS entra como interlocutora na execução. Explicou também que, na definição dos indicadores para o acompanhamento, cada meta foi desdobrada em metas intermediárias - cada uma com prazos de execução intermediários até o prazo de finalização da meta principal. Com isso, foram estabelecidos gráficos para auxiliar no acompanhamento da execução das metas, que variam de acordo com o avanço das metas intermediárias até o atingimento da meta principal (100%). Salientou que a CTPNRH é a responsável pelo acompanhamento das metas, e que todo o planejamento é flexível. Portanto, quando se fizer a avaliação do cumprimento das prioridades e metas, a qual deverá ocorrer por meio de consulta às instituições responsáveis pela execução já no segundo semestre de 2017, estas instituições poderão apresentar sugestões e propostas de ajustes nos prazos, ou até mesmo, de exclusão de determinada meta mediante justificativas. A **Sra. Maria Antonieta (MME/CPRM)** esclareceu que a gestão e operação da Rede Integrada de Monitoramento de Águas Subterrâneas (RIMAS) são feitas exclusivamente pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM),

informando que a meta relativa à ampliação da rede de monitoramento que está indicada nas prioridades do PNRH 2016-2020, está muito similar à meta estabelecida no PPA Federal 2016-2020, a qual é atribuída à CPRM como executor, informando também que para se proceder tal ampliação da rede, será necessária a melhoria da capacidade operacional/maior número de técnicos da Companhia. Deixou como solicitação, que a CTAS, em comum acordo com a ANA, revisar a Resolução CNRH nº 107/2010, de forma a conferir também à CPRM a atribuição do planejamento da rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas, e não só de execução. A **Sra. Márcia Gaspar (ANA)** lembrou que esta discussão já tinha acontecido na CTAS, ficando como encaminhamento que a CPRM encaminharia uma proposta de texto para alteração da Resolução CNRH nº 107/2010 para ser discutido na Câmara Técnica. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** questionou o fato de as metas estabelecidas para o PNRH 2016-2020, como aquelas que tinham a CTAS como interlocutora, não chegaram a passar na Câmara Técnica antes de sua aprovação no plenário do CNRH. Sugeriu que qualquer proposta de revisão das metas estabelecidas devem passar pela CTAS, mas que as metas ali aprovadas, a princípio, contaram com o consenso dos membros do Conselho, que inclui todos os órgãos de governo, e que, então, ele acredita serem incoerentes os questionamentos dos órgãos executores quanto à disponibilidade de recursos para execução das metas, as quais considera que são “acanhadas”, já que os prazos estabelecidos são muito extensos e ele considera que deveriam ser mais curtos. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca e Turismo)** salientou que o fato de a ANA estar colocada como executor da meta de ampliação da rede de monitoramento se deve à governança sobre os recursos da Agência no âmbito do SINGREH, já que o Sistema de Recursos Hídricos não tem qualquer gerência sobre os recursos da CPRM. A **Sra. Jamyle Grigoletto (MS)** chamou atenção para a preocupação que o Ministério da Saúde (MS) com os impactos na saúde pública que podem estar relacionados à qualidade da água dos poços utilizados para abastecimento público, informando que o MS tem empreendido esforços na ampliação do monitoramento da qualidade da água nesses poços e que coloca à disposição os dados desse monitoramento para serem incorporados à base da CPRM. A **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)** chamou atenção para a necessidade de se definir a linha de base dos trabalhos, ou seja, compatibilizar a questão da RIMAS (da CPRM, já existente) com a rede nacional de monitoramento de águas subterrâneas, sendo que a rede deve ser uma apenas, e da forma como está, aparenta ser duas redes individualizadas. Colocou também que deveria haver um incentivo maior no PNRH para que os Estados assumissem também um papel na implantação e operação da rede de monitoramento de águas subterrâneas, já que a gestão destas águas é atribuição dos Estados. Por fim, a **Sra. Adriana Lustosa (SRHQ/MMA)** prestou esclarecimentos às questões levantadas, destacando que as contribuições e questionamentos feitos pela CTAS naquele momento, assim como das demais Câmaras Técnicas, serão considerados no processo de aperfeiçoamento das metas e indicadores das prioridades do PNRH, o qual será consolidado no fim do primeiro ciclo de avaliação do Plano, que deverá ocorrer no final de 2017. No entanto, explicou que a modificação expressiva ou exclusão de metas do Plano será evitada ao máximo, visto que são demandas já pactuadas no âmbito do SINGREH e com a sociedade por meio das diversas consultas públicas realizadas, mas que não impede que os prazos sejam revistos junto aos órgãos executores. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** esclareceu também que, no que diz respeito ao orçamento para execução das metas, entrará na pauta do CNRH a proposta de resolução que define as prioridades de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a qual considera que os recursos deverão ser priorizados para aplicação nas metas estabelecidas no PNRH 2016-2020. Assim, pelo menos as metas sob responsabilidade da ANA terão prioridade para aplicação dos recursos. Neste sentido, informou que a Câmara Técnica de Cobrança (CTCOB) já solicitou que a ANA apresente em detalhes como está a situação da aplicação dos recursos da cobrança, sugerindo que a ANA pode também fazer uma apresentação, ou mesmo a SRHQ pode disponibilizar a referida apresentação, na CTAS, para que se verifique a aplicação dos recursos no que diz respeito às metas relacionadas às águas subterrâneas. Por fim, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** agradeceu a colaboração de todos os presentes e à apresentação da **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, que também agradeceu à atenção de todos e se colocou à disposição para demais esclarecimentos, passando-se então para o [Item 04 - Propostas de pauta para 2017, considerando os temas prioritários propostos pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020. Encaminhamentos da última reunião:](#) Considerando que o **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca e**

150 **Turismo)** estava correto sobre a questão levantada na reunião passada, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**
151 aproveitou para esclarecer que de fato não existe uma resolução que trata sobre o tema água mineral,
152 sendo que as resoluções existentes que trata de águas para uso na mineração (resoluções CNRH n.
153 29/2002 e n. 55/2005) fazem apenas indicações de que os perfuradores de poços devem seguir o
154 disposto nas resoluções do CNRH e demais legislações pertinentes. Então, passou a palavra à **Sra.**
155 **Roseli Souza (MMA/SRHQ)**, que relembrou os demais encaminhamentos da última reunião,
156 esclarecendo que: (i) o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** ficou como responsável por
157 apresentar uma proposta de texto/justificativa para que a CTAS verifique a pertinência de se discutir
158 regulamentação específica sobre água subterrânea no Parágrafo 4º da proposta de resolução sobre gestão
159 integrada, o que diz respeito ao questionamento referente ao ponto da ata que tratou deste assunto; (ii) o
160 **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** ficou como responsável, com a colaboração do **Sr. Wilson de Azevedo**
161 **(Pesca e Turismo)**, por analisar a legislação e encaminhar uma proposta de texto com sugestões para
162 uma possível regulamentação sobre o tema água mineral, caso verifiquem a pertinência do assunto à
163 CTAS, e, caso verifiquem que a competência é apenas do DNPM/MME, eles levariam uma justificativa
164 com os devidos esclarecimentos; e (iii) o **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** ficou de encaminhar uma
165 proposta acerca da melhoria da comunicação sobre águas subterrâneas. Além desses pontos, a **Sra.**
166 **Roseli Souza (MMA/SRHQ)**, também relembrou que deverão ser aprofundadas as discussões sobre as
167 prioridades e metas do PNRH 2016-2020, conforme discutido na presente reunião. Salientou também
168 que como pauta das próximas reuniões também deverá ser discutido o escopo do seminário nacional de
169 águas subterrâneas, que abordará o estado da arte do conhecimento e da gestão deste recurso. Após
170 diversas intervenções e contribuições pelos presentes, encaminhou-se que o **Sr. Zoltan Romero**
171 **(OTEP)** elaborará uma minuta de ofício, o qual será encaminhado aos demais membros da CTAS para
172 avaliação e contribuições, e depois será encaminhado ao secretário da SRHQ/MMA, solicitando que
173 encaminhe convite à ANA e à CPRM convidando estas instituições para a apresentarem na próxima
174 reunião seus planejamentos e ações para atenderem às prioridades estabelecidas no PNRH 2016-2020,
175 especialmente quanto à ampliação da rede de monitoramento de águas subterrâneas. O **Sr. Wilson de**
176 **Azevedo (Pesca e Turismo)** lembrou também que seria importante convidar a ANA para apresentação
177 sobre o seu planejamento com relação ao atendimento à prioridade da implantação de projeto piloto de
178 gestão integrada. Os presentes concordaram com este encaminhamento, e a **Sra. Márcia Gaspar**
179 **(ANA)** ficou de identificar o responsável na ANA por esta apresentação para a próxima reunião.
180 Passou-se então para o [Item 05 - Informe, pela Agência Nacional de Águas, sobre a Gestão Integrada de](#)
181 [Recursos Hídricos](#): A **Sra. Márcia Gaspar (ANA)** apresentou um informe que enfatizou que a agenda
182 de águas subterrâneas da ANA é focada no Programa VIII - Programa Nacional de Águas Subterrâneas
183 do PNRH, o qual é desenvolvido em parceria com a CPRM e órgãos gestores de recursos hídricos
184 estaduais. Informou que essa agenda teve seu primeiro ciclo em 2007-2014, e foi atualizada para o ciclo
185 de 2015-2019, passando tratar não só das águas subterrâneas, mas observa agora as ações de gestão
186 integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Ficou de disponibilizar à CTAS a agenda
187 detalhada das ações da coordenação de águas subterrâneas da ANA. Enfocou a ação de promover a
188 gestão integradas de recursos hídricos entre a União e os Estados, que visa promover a gestão integrada
189 dos aquíferos conectados com os rios federais, por meio do (i) Diagnóstico dos aquíferos conectados
190 com os rios da União; (ii) elaboração de estudos para a gestão integrada; e (iii) construção de marcos
191 regulatórios e alocação negociada. Apresentou também algumas ações da ANA que atendem às
192 prioridades estabelecidas no PNRH 2016-2020, tais como: (i) Ampliar o conhecimento a respeito dos
193 usos das águas, das demandas atuais e futuras; e (ii) Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de
194 chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Neste sentido, apresentou
195 em termos gerais uma minuta de Termo de Referência (TdR) para estudo que já estava no planejamento
196 da ANA, e que subsidiará o atendimento a essas prioridades do PNRH, mesmo àquelas em que a
197 Agência entrou apenas como parceira/interlocutora. Explicou que o TdR ainda está em fase de
198 construção e que deve passar por diversas análises entre os técnicos da ANA, podendo sofrer diversos
199 aprimoramentos antes do lançamento dos editais. Maiores detalhes na apresentação disponibilizada
200 entre os documentos da reunião no portal do CNRH. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)**
201 sugeriu que o estudo sobre os aquíferos conectados com os rios federais deveria ser diversificado em

vários editais e não apenas um edital para um estudo único para todo o país, permitindo que diferentes metodologias sejam aplicadas e exploradas para as diferentes realidades do país, sendo abertos à participação de várias instituições de pesquisa. A **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** chamou a atenção para os recursos da compensação do setor hidrelétrico que são destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que consistem em um recurso considerável que poderiam ser aplicados nos estudos requeridos para aquela finalidade da gestão integrada. Após diversos questionamentos e comentários pelos presentes, prontamente esclarecidos pela representante da ANA, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** lembrou que muitas dessas questões poderiam ser melhor esclarecidas na apresentação que a ANA fará na próxima reunião, conforme encaminhado no item anterior, passando-se então para o [Item 06 - Discussão inicial para a estruturação do Seminário sobre Águas Subterrâneas](#): A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** apresentou brevemente o escopo preliminar do Seminário, apresentando em termos gerais os assuntos que seriam abordados, e com programação de ocorrer em dois dias de novembro de 2017, com previsão de uma reunião (100ª) da CTAS após o Seminário. A programação inclui a apresentação de estudos que vem sendo conduzidos pelos órgãos federais (ANA e CPRM), além de estudos no âmbito de alguns estados, inicialmente São Paulo e Paraná, onde a SRHQ já apoiou alguns estudos, e também convidar alguns Comitês de Bacias (CBHs) para apresentarem estudos que vem desenvolvendo, tais como os CBHs do Paraíba do Sul e do Araguaí. O público alvo inclui diversos órgãos e entidades federais e dos estados, a sociedade civil, os usuários, entre outros. O local do evento ficou de ser definido posteriormente entre Brasília e Bahia. O **Sr. Wilson de Azevedo (Pesca e Turismo)** considerou que seria importante que o evento contasse com momentos de maior envolvimento dos participantes nas discussões dos assuntos abordados. A **Sra. Márcia Gaspar (ANA)** sugeriu de incluir apresentações dos estudos sobre águas subterrâneas feitos pelas instituições de ensino e pesquisa. A **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** sugeriu a apresentação das experiências dos estados na gestão das águas subterrâneas, ressaltando a importância de se envolver os órgãos gestores estaduais. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** sugeriu que deveria haver abertura para apresentação de experiências inclusive internacionais, além de uma comissão técnico-científica para avaliação/seleção dos trabalhos que serão apresentados. [Item 07 - Encaminhamento dos trabalhos](#): Por fim, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** finalizou a reunião informando que a proposta do Seminário ora apresentada será refinada por uma comissão formada por: (1) Claudia – MMA/SRHQ; (2) Roseli – MMA/SRHQ; (3) Marcia – MMA/ANA; (4) Maria Antonieta – MME/CPRM; e (5) Anderson – CERH/ES. Após esse refinamento, a proposta será encaminhada aos membros da CTAS para que seja discutida e fechada na próxima reunião.

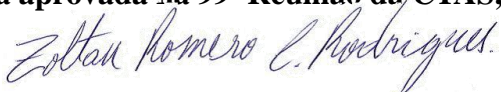
ASSUNTOS DISCUTIDOS (Dia 31 de maio - Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR)

[Abertura e informes](#): No dia seguinte, 31 de maio, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** deu início aos trabalhos, dando boas-vindas aos presentes e solicitando uma rodada de apresentações. Na sequência, passou-se ao [Item 08 - Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”](#): No início da discussão, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** registrou que seu seguimento tem preocupação acerca da competência do CNRH para editar este tipo de resolução, entendendo que o Conselho não tem competência para fazer determinação legal aos estados unilateralmente, já que cada Estado tem suas leis e normas específicas sobre a gestão de seus respectivos rios estaduais e das águas subterrâneas, que são de dominialidade estadual. Outra preocupação registrada pela representante das Indústrias seria com relação à aplicabilidade da norma - em quais pontos ela inova em relação as demais resoluções já existentes do próprio Conselho. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** esclareceu que estas preocupações já foram levantadas nas reuniões conjuntas anteriores, e que a resolução teria efeitos práticos importantes na gestão das águas subterrâneas, sendo que quando há conexão direta entre as águas superficiais e subterrâneas não basta observar apenas o que está estabelecido na Constituição quanto à dominialidade das águas, mas é importante que se leve em conta esta conexão física existente entre as águas superficiais e subterrâneas para se prevenir a possibilidade de esgotar as águas dos rios diretamente conectados aos aquíferos, o que causaria grandes transtornos a diversos usuários e aos próprios estados. Concordou-se que a ementa, as definições e considerandos também serão tratadas ao final. Após, a **Sra.**

255 **Roseli Souza (MMA/SRHQ)** apresentou o último ponto da minuta de Resolução discutido na reunião
256 anterior, e a retomada da discussão da proposta iniciou pelo Art. 3º. O **Sr. Gustavo Gazzinelli**
257 **(FONASC-CBH)** sugeriu que o conceito de conectividade deveria ser melhor esclarecido na proposta
258 de resolução de forma a não dar margem a interpretações equivocadas. O **Sr. Geraldo da Silveira**
259 **(OTEP)** sugeriu incorporar, além dos rios perenes, os rios intermitentes, considerando que também
260 existe conectividade entre os rios intermitentes e os aquíferos. Sobre a questão das competências, o **Sr.**
261 **Luiz Henrique (ANA)** esclareceu que todas as resoluções do CNRH se aplicam ao SINGREH como um
262 todo, sendo que estas resoluções são debatidas nas Câmaras Técnicas e no próprio Conselho, que
263 contam, inclusive, com a participação de representantes dos órgãos gestores estaduais. Lembrou também
264 que já existe a Resolução CNRH nº 141/2012, que trata especificamente da outorga e do enquadramento
265 em rios intermitentes e efêmeros, sendo necessário, se for o caso, resgatar o conteúdo desta Resolução
266 caso se decida pela inclusão dos rios intermitentes na presente proposta. O **Sr. Thiago Santana**
267 **(CERH-MG)** informou que qualquer Resolução do CNRH serve como base para o planejamento e
268 gestão dos recursos hídricos no Estado até que cada Estado defina as diretrizes e critérios específicos
269 para suas peculiaridades, salientando que seria desnecessária a inclusão da especificação no Art. 3º
270 quanto à aplicação da norma aos rios estaduais e da União, conforme algumas sugestões, porque poderia
271 incorrer em ilegalidade, visto que pode representar a condição de um ente federal impondo norma sobre
272 um ente estadual. Após longo debate sobre este artigo, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu a leitura
273 dos arts. 4º e 5º, entendendo que o conteúdo desses artigos poderia esclarecer muitos dos
274 questionamentos colocados em relação ao Art. 3º, especialmente no que diz respeito ao objeto da
275 presente proposta em se tratar apenas de aquíferos livres e rios perenes diretamente conectados, e com
276 relação às definições de competências e metodologias para a gestão integrada destas águas considerando
277 os rios federais e os rios e aquíferos estaduais. Atendendo a sugestões, procedeu-se à leitura de todos os
278 artigos subsequentes da proposta de resolução. Após essa leitura, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)**
279 registrou novamente a necessidade de especificar que a proposta de resolução será aplicável apenas a
280 rios de domínio da União, e o **Sr. Wilson Azevedo (Pescas e Turismo)** esclareceu, com base no Art. 4º
281 da Lei nº 9.433/97, que a União deverá se articular com os estados tendo em vista o gerenciamento dos
282 recursos hídricos de interesse comum, o que condiz com a forma como está escrito no Art. 3º da
283 presente proposta de resolução. O **Sr. Luiz Fernando Carneseca (CRH-SP)** entendeu que deve ser
284 analisado se as diretrizes propostas na Resolução são gerais ou se são específicas, e que as questões de
285 legalidade e institucionalidade devem ser tratadas posteriormente na CTIL. O **Sr. Geraldo da Silveira**
286 **(OTEP)** sugeriu também que, em termos práticos, a avaliação da contribuição das águas subterrâneas
287 por meio do monitoramento fluviométrico, é mais exequível e envolve menores custos do que
288 metodologias que envolvem monitoramento por poços. Após diversos questionamentos pelos presentes,
289 houve necessidade de votação com três opções: (i) permanência do Art. 3º na forma como havia sido
290 escrito; (ii) incorporar um Parágrafo Único com as especificações para rios intermitentes e efêmeros e
291 aquíferos confinados, colocando a atribuição pela normatização nestes casos para os estados; e (iii)
292 exclusão do Art. 3º. Por maioria de votos, venceu a opção (i). Chegou-se ao entendimento de que as
293 diretrizes devem ser gerais, e os casos específicos seriam tratados pelos estados, conforme já está
294 disposto no Art. 5º da proposta. Outro entendimento é que a discussão na reunião conjunta deverá se ater
295 a questões técnicas e de mérito, sendo que a parte legal seria avaliada posteriormente pela CTIL. Na
296 discussão do Art. 4º, a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias)** colocou preocupação com relação ao disposto em
297 outras resoluções que aparentemente se sobrepõe ao apresentado na proposta ora em discussão, e que
298 podem ocasionar maior complexidade à atuação dos órgãos gestores quando de sua aplicação, como por
299 exemplo as resoluções CNRH nº 15/2001, nº 22/2002 e nº 92/2008. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**
300 informou que tal análise sobre as interfaces entre a presente proposta e as resoluções existentes já foi
301 feita anteriormente, a qual resultou em um Art. 11º, agora suprimido devido à técnica legislativa,
302 conforme pontuado pelo **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)**. Segundo o representante das OTEPs, o
303 Art. 11º explicitava os aprimoramentos em relação às resoluções existentes. Ressaltou que, estas
304 informações estão documentadas nos materiais resultantes das discussões que já ocorreram na CTAS.
305 Salientou também alguns problemas técnicos e conceituais que podem permitir, dependendo do
306 entendimento, a exploração de todas as reservas permanentes exploráveis dos aquíferos, ao ponto de

exaurir tais reservas e comprometendo a vazão dos rios no médio e longo prazos. Neste sentido, concluiu que a presente proposta pretende contornar tais fragilidades presentes nas resoluções existentes. O **Sr. Geraldo da Silveira (OTEP)** manifestou preocupação com o custo envolvido nos estudos que seriam necessários para que os órgãos gestores estaduais coloquem em prática o estabelecido no Art. 4º. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que apenas os recursos investidos na questão da ampliação da rede de monitoramento da CPRM, que suprem em grande parte a demanda de informações requeridas para a gestão integrada, somam valores consideráveis, e que além disso os estados já tem essa preocupação e tem destinado recursos expressivos a diversos estudos. O **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)** manifestou preocupação com a inserção da “avaliação dos efeitos uso e ocupação do solo sobre a recarga dos aquíferos” na redação do Art. 4º, já que esta avaliação aparenta ser de competência da área ambiental e do município, sem efeitos práticos diretos sobre a gestão dos recursos hídricos e que foge da competência dos órgãos gestores de recursos hídricos. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**, corroborado pela **Sra. Maricene Paixão (CERH/MG)**, pelo **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)**, e pela **Sra. Maria Antonieta Mourão (MME/CPRM)**, esclareceu que as reservas exploráveis e renováveis dos aquíferos são mutáveis no tempo em função da alteração da recarga que é promovida pelas mudanças de uso e ocupação do solo. O **Sr. Wilson Azevedo (Pescaria e Turismo)** sugeriu colocar em termos de “observar” as mudanças no uso e ocupação do solo. O **Sr. Paulo Germano (Concessionárias de abastecimento)** sugeriu que as avaliações de mudança de uso e ocupação do solo têm reflexo sobre o comportamento histórico dos dados de disponibilidade hídrica superficial e subterrânea, cujo monitoramento já é requisitado na proposta, e que estes dados teriam maior utilidade prática para fins da gestão dos recursos hídricos, pontuando também a importância de se fazer a avaliação temporal da estimativa das recargas e reservas exploráveis dos aquíferos. O **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** considerou confusa a redação dos conceitos de reserva renovável e reguladora, e foi prontamente esclarecido pelo **Sr. Zoltan Romero (OTEP)**, o qual ficou também de encaminhar o material do qual foi retirada a conceituação ali proposta. Após muita discussão sobre esta questão, colocou-se em votação se o termo “uso e ocupação do solo” deveria ser incluído no *caput* do Art. 4º, e, por unanimidade, votou-se pela não inclusão. Outra votação foi sobre a inclusão do uso e ocupação do solo no Inciso III, e, por unanimidade, votou-se pela inclusão, concordando-se também com a proposta de redação sugerida pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA)**: “considerando os efeitos de uso e ocupação do solo”. Neste ponto, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** também considerou importante a conceituação posterior do uso e ocupação do solo. Após diversas contribuições pelos presentes, houve consenso sobre a exclusão da frase “por métodos diretos ou indiretos” do Inciso III. No Inciso IV o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** sugeriu a inclusão da frase “considerando os incisos anteriores”, e o **Sr. Luiz Henrique Pinheiro (ANA)** sugeriu substituir o termo “para exploração” por “para os diversos usos”. Estas sugestões foram consenso entre todos. As discussões avançaram até o inciso V do Art. 4º, não havendo consenso entre os membros com relação à redação deste inciso. Por fim, encaminhando-se pela com a incumbência de que os membros pensariam na melhor forma de escrever esse inciso, se na forma de parágrafo ou de outro artigo, com prazo para envio das contribuições até 15 dias antes da próxima reunião. **NOTA:** Outras sugestões e alterações de texto podem ser verificadas no texto do documento analisado, disponível entre os documentos da reunião conjunta no portal do CNRH. [Assuntos Gerais / Encerramento](#): Devido ao adiantar da hora, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** apresentou uma proposta de agenda para a próxima reunião CTAS e CTPOAR, incluindo a reunião conjunta, a qual foi acatada por todos os presentes, ficando da seguinte forma: 01 de agosto de 2017 – reunião CTAS; 02 de agosto de 2017 – reunião conjunta CTAS-CTPOAR; 03 de agosto de 2017 – reunião CTPOAR. Por fim, a reunião conjunta CTAS-CTPOAR foi encerrada.

Ata aprovada na 99ª Reunião da CTAS, nos dias 01 e 02 de agosto de 2017.



Zoltan Romero C. Rodrigues
Presidente da CTAS



Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTAS

ANEXO – Lista de Presença da Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR